

O ESPECTRO

NUMERO 43 — II ANNO — 1889

SEM ANARIO POLITICO

PREÇO 10 RÉIS

CONDIÇÕES DE ASSIGNATURA

LISBOA

6 mezes..... 260

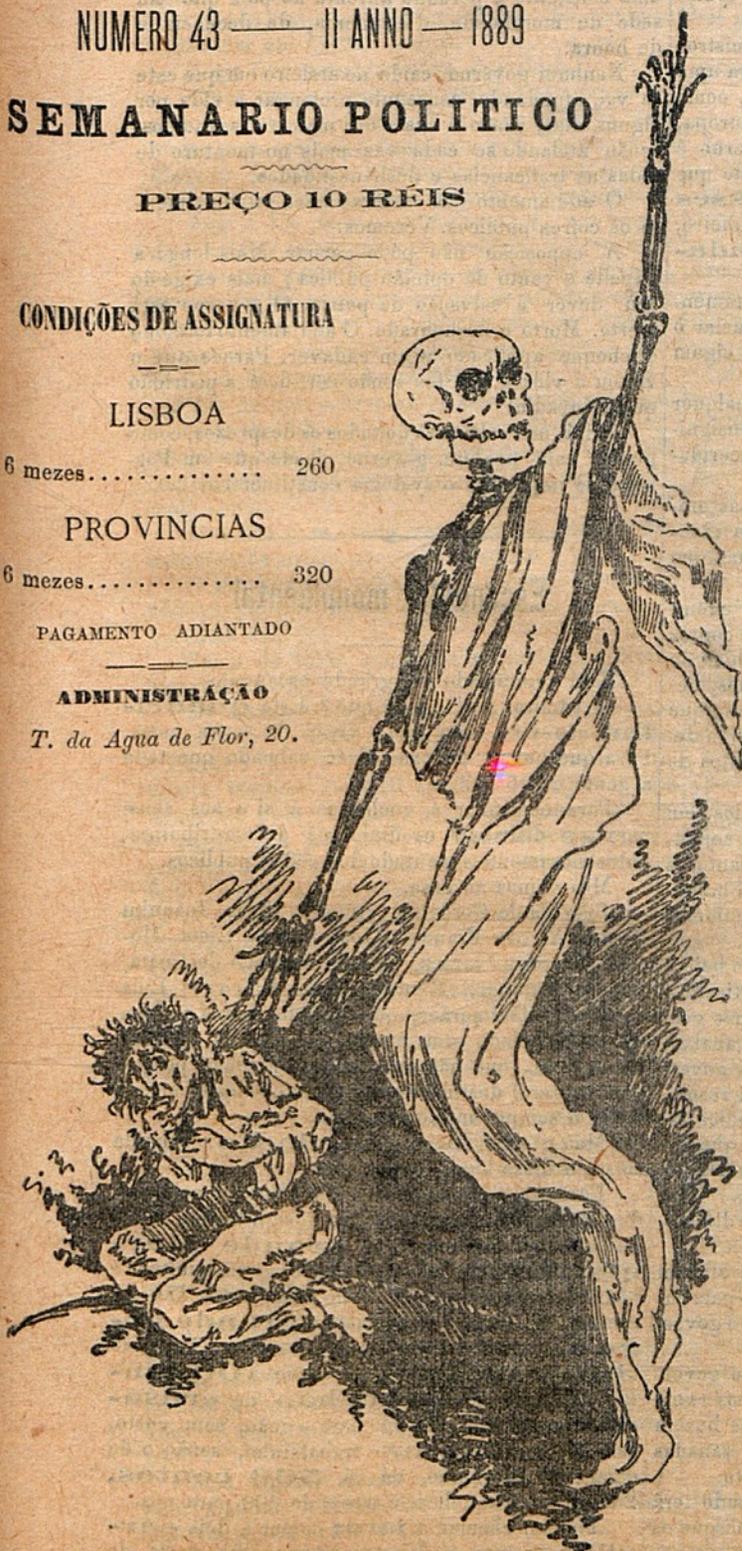
PROVINCIAS

6 mezes..... 320

PAGAMENTO ADIANTADO

ADMINISTRAÇÃO

T. da Agua de Flor, 20.



O ADDIAMENTO

O governo conseguiu o addiamento. Havia muita gente que o julgava possível. Illudia-se na sua boa fé, com grande ingenuidade.

O pedido á corôa é que deveria ser impossivel.

No estado a que as coisas chegaram, a unica solução consentanea com os interesses publicos e especialmente com as instituições e com os altos poderes do estado, já o dissemos, era a demissão do governo.

Mas seria preciso que fosse, não o sr. presidente do conselho, sentinella vigilante de alguns ministros, mas todos os ministros zelosos defensores da auctoridade do poder e das instituições, cujo prestigio deviam procurar acima de tudo.

Ninguém se illuda. A corôa, que para bem de todos os interesses, deve achar-se sempre fóra das luctas partidarias, e sobranceira ás paixões politicas, por culpa exclusiva d'este nefasto governo, ficou sensivelmente ferida com o acto do addiamento.

Empurrando-a para a lucta, descobrindo-a a todos os ataques, os ministros mostraram-se d'esta vez coherentes com o seu passado, com a sua imprensa, e com o programma do seu partido, que ensina «a investir com a realza e a não fazer caso de ficções, que já não illudem ninguém.»

É a doutrina do celebre programma da granja; é a pratica da imprensa progressista, nos seus infamissimos ataques á corôa; é o proposito do governo no pedido da concessão do addiamento.

Atirar com a corôa ao meio do combate, arrastar a magestade pelo terreno ardente das pugnas politicas, é um dogma progressista. As consequencias são facéis de prever. No fim da contenda estará fatalmente a **desauctorisação.**

Ao cabo da discussão, ficará alluido o poder e o prestigio da realza. **«Poder discutido é poder alluido.»**

É quasi sempre o effeito da critica. E nenhuma é mais ardente que a critica accessa no seio das paixões politicas.

É o que procura evidentemente o governo; mas é o que não acceitará a opposição. Cumpre lhe levantar respeitosa e a corôa; depôl-a serenamente no logar que os principios lhe marcam e o bem publico exige, e pedir as tristes contas aos miseraveis que deram mais uma enxadada na sepultura que estão abrindo ás instituições e á patria.

O addiamento é uma burla, ou uma affronta. Em qualquer dos casos uma **vilania.**

Que tenciona o governo fazer em abril, ante a opposição, que o considera **abaixo de uma**

verdadeira quadrilha de salteadores?

Não são apenas os interesses publicos que o governo despreza, para cuidar de se manter preso ás honras e ganancias das pastas; é o **principio moral** offendido e arrastado em vergonhosissimas veniagias; é a honra dos poderes publicos enxovalhados em negociatas immundas; é a doutrina e a pratica da pilhagem, arvoradas em systema de governo e administração do paiz.

Perante uma opposição que tem os ministros n'este conceito, e que para o justificar mostra uma successão de factos immoraes e criminosos, como senão encontra igual em paiz nenhum na Europa, a não ser a Turquia, a coexistencia do governo é impossivel. A opposição sabe perfeitamente que não ha um unico acto do governo, **d'esses actos** que mexem positivamente em dinheiro, que **não encubra uma delapidação** ou um roubo.

Os outros actos, os que não tocam directamente nos cofres publicos, servem lhe para amaciar o caminho por onde desejam que os primeiros sigam sem maiores attrictos nem difficuldades.

Fóra d'estes dois polos, apontem-nos qualquer medida do governo, embora pequenina e insignificante, que queremos applaudil-a com sinceridade.

A opposição sabe perfeitamente que nas empretadas das estradas, por exemplo, ha uma **delapidação** de 70 % das importancias que o paiz tem de pagar.

Que nas obras do porto de Lisboa, por exemplo ha uma delapidação de mais de 2:000 contos distribuidos por uma verdadeira companhia do olho vivo; que nos successivos emprestimos, negociados pelo governo com **syndicatos**, que os proprios ministros dirigem, o paiz tem sido defraudado n'uns poucos de milhares de contos de réis.

N'uma palavra, que em todos os negocios, em todas as obras, por mais insignificantes que sejam, ha sempre, contra os cofres publicos, espantosas delapidações, que importam em centenas ou milhares de contos, conforme o quantitativo do numerario que o negocio ou a obra tem de mover.

Este é o conceito que o governo merece hoje á opposição; estas as accusações que lhe atirá á cara em pleno parlamento; estes os crimes com que ha de afundal-o, cem covados pelo chão abaixo.

E' possivel a existencia de semelhante governo com uma opposição energica e decidida resolutamente a salvar o paiz das garras dos syndicatos, a arrancar-o das unhas á **quadrilha** que espera sugal-o, até o entregar exangue á guerra civil, á revolução ou aos inimigos da patria? Não. O addiamento das camaras nem addia as difficuldades.

A lucta não é com os 30 deputados, que atacam vehementissimamente o governo, é com o paiz cujos sentimentos elles interpretam, ferindo o governo em lucta de morte.

Supprimiu o addiamento o passado do governo? Não. Póde elle imprimir aos seus actos rolmo ou norte differente? Não. Logo o governo burlou a corôa, fazendo-a acreditar que estavam sanadas as difficuldades, se lhe dêsse o addiamento.

Em abril, se o governo lá chegar, tudo terá recrudescido. A guerra ha de ser feroz; porque os actos do governo hão de ser *examinados a nu*,

dando-lhe de chapa a luz da publicidade e da critica implacavel, como na Boa Hora a investigação judicial sobre grandes criminosos submettidos ao seu julgamento.

Que alteração fez n'este estado de coisas o addiamento?

Tudo estará aggravado de aqui a dois mezes.

A vida do governo é um aggravamento permanente, uma constante e perenne affronta ao paiz que tem sede de moralidade, d'economia, de decência e de honra.

Nenhum governo, caído no atoleiro em que este se vae afundando, conseguiu prolongar a vida por alguns dias, senão á custa dos maiores escandalos, senão atolando-se cada vez mais no monturo de todas as traficancias e deshonestidades.

O addiamento das camaras ataca principalmente os cofres publicos. Veremos.

A opposição não póde recuar. Mais longe a impelle o vento da opinião publica; mais exige do seu dever a salvação da patria. O governo está morto. Morto e deshonorado. O addiamento foi como o choque applicado a um cadaver. Parece que o voltou á vida e não fez senão certificar a podridão que o invadiu.

Cairá na valla raza de todos os desprezos, como nunca caiu nenhum governo, desde que em Portugal se implantou o systema constitucional.

Escandalo monumental

Está annuciado um grande escandalo.

—Admirar-nos!... de quê? Esta **quadrilha** não vive nem pode viver de outra coisa. Para que quer o governo ficar, sabendo que toda a gente o detesta?

Para continuar a encher se a si e aos seus; para se distribuir os dinheiros do contribuinte, industriosamente levantando dos cofres publicos.

Mas vamos ao caso.

João Paulo Cordeiro, Antonio Maia, Joaquim Gomes Alves, Francisco José Barros Lima, Manuel Ferreira Garcez, Claudio Adriano da Costa, Silverio Taibner, Manuel Gomes Ribeiro e Luiz de Castro Guimarães, ou seus herdeiros tinham sobre o estado um antigo credito de **560 contos**, que não conseguiram receber, porque a verba geral destinada a pagamentos d'esta especie era e é sempre muito diminuta.

Mas o **sr. marquez da Foz** sabe da coisa, e disse logo: *Temos obra.*

Procurou então os herdeiros e offereceu pelo credito 28 contos. Regeitada por insignificante a offerta, voltou novamente o **grande Marquez** e d'esta vez offereceu quantia avultada: **268 contos** (pelo bello credito dos **560 contos**). Firmada a negociata, o **grande negociante empalmou logo 391:400\$000!** cêrca de **400 contos!!!** um soberbo **milhão de crusados** apanhados de pé para a mão, sem custo, sem cancela, sem outro trabalhinho, senão o de dizer: O Marianno, dá cá **560 contos**, 268 ali para aquelles, e cêrca de 400 para nós.

Podiam chamar a isto: comer a dois **carrilhos**; mas o **Espectro** que gستا de

chamar as coisas pelo seu nome, chama-lhe positivamente **roubar**.

Vamos a vêr se ainda nos lembra alguma coisa do velho Genuense, que aprendemos em rapaz. Havia lá um argumento que se formulava assim:

—Um dos dois foi necessariamente roubado; o credor ou o devedor.

Se o credito se podia e devia receber, foi roubado o credor em cêrca de 400 contos; se o credito, senão podia nem devia receber, foi roubado o devedor em **560** contos.

Logo forçosamente houve **roubo**.

Creio que o argumento satisfaz a todas as regras do velho Genuense. Mas hoje a logica está muito mais apurada, desde que o sr. Henrique de Macedo se mettu a reformador na camara dos pares, e arranjou para os dilemmas tres pontos.

Este é dos taes: o primeiro ponto, ser roubado o credor; o segundo ser roubado o devedor; o terceiro não poder deixar de ser roubado o estado, porque em todas as hypotheses se abriram os cofres publicos para se despojarem de **560 contos**, dos quaes **400** para as ricas algebeiras do mais rico **syndicato**.

Pena foi que o devedor se não contentasse com a offerta dos 28 contoas, porque aquelle rico syndicato da minha alma tinha empalmado logo 532 contos, que é indubitavelmente um algarismo muito mais bonito.

Mas fica p ra outra vez, que negocios d'esta natureza ha muito por onde escolher.

E não queriam então que o governo pedisse o addiamento das côrtes! Queriam talvez que elle se deixasse cair já!.

Sucia de tolos, que ainda aturam esta **cam-bada**.

Os nossos leitores conhecem o **trampolineiro do orçamento**, a quem chamam o **Karrilho?** pois este **melro**, que naturalmente tambem recebeu **boas luvas** n'esta negociata para descobrir uma lei que auctorisasse o pagamento por inteiro, botou hontem no *Economista* artiguinho defendendo o governo por ter feito o referido pagamento.

A moralidade d'este typo é de todos bem conhecida, e todos sabem que elle por **boas libras** altera uma lei, com a mesma facilidade com que um **gatuno rouba um relógio**, e a prova do que affirmamos está em elle ter descoberto uma lei, que parece ser applicada para proteger a **maroteira**.

Nota interessante:

Os nossos leitores conhecem o sr. Marçal Pacheco, deputado? pois se o conhecem fiquem sabendo que é um dos contemplados na grande negociata.

Uma pergunta ou duas se quiserem

Porque será que o sr. visconde de Moreira de Rey começou contra este governo por ser opposição do estadulho; passado algum tempo mudou, e se não professou verdadeiro ministerialismo, pode dizer-se que tambem não foi verdadeira a opposição?

Pouco depois, tornou e mudou e ainda balbuciou algumas phrases de opposição verdadeira. Mas foi sol de pouca dura.

O anno passado mudou duas vezes: uma para

certo ministerialismo **melifluo**, e outra no fim para a opposição azada.

Agora está outra vez em ponto **melifluo**.

Pergunta-se: Quanto tempo durará agora este ponto á politica do digno par?

E se nos permitissem segunda pergunta, esta iria sem relatorio, formulada por estas palavras:

Que diabo quiz dizer o sr. Vaz Preto, explicando com a phrase, *modus in rebus*, as alternativas **camaleoa**s d'aquelle visconde?

Dá-se um rebuçado de gemma de ovo a quem der no vinte.

O novo Santo Officio

Está ainda na mente de todos o que dissemos quinta-feira sobre o caso da reportage das *Novidades*.

As numerosas cartas que foram dirigidas á redacção do *Espectro*, felicitando-nos por termos levantado a nossa debil voz contra a **infamissima perseguição**, que aquelle jornal agora tem montada e prompta a atacar a vida particular de toda a gente, convencem-nos que podemos o dedo sobre uma chaga, que esverruma porridão e asco, e que é preciso, custe o que custar, por honra das familias e socego de toda a gente, cicatrizar quanto antes.

O procedimento da imprensa, invadindo o lar domestico, expondo, ao desprezo do publico, as faltas que (a caridade manda esconder) e que a sua **indecentissima inquisição** encontra, tornou-o por tal fôrma attentatorio da sociedade, da paz e da honra das familias, que é indispensavel, urgentissimo mesmo, pôr cobro a similhante crime, que outro nome não merece a immunda reportage que a semana passada estigmatizamos com grande vigor.

A imprensa não é, não pôde ser **pasquim**, onde qualquer **miseravel** tenha o direito de affixar cartazes contra a honra de quem lhe cair no desagrado, homem ou senhora.

A liberdade **esmagou a inquisição**. A sociedade abençoou, cheia de reconhecimento, esta gloriosa conquista. Não pensem as *Novidades* que são capazes de resuscitar áquelle nefando tribunal, que não era só odiado, porque purificava as almas, deitando fogo aos corpos; tão repugnantes como os **autos de fé** eram as infamissimas **devassas** que faziam as delicias d'aquelle maldito tribunal; era a **inquisição**—e d'aqui lhe veio o nome da vida e costumes de cada qual.

O escandalo com que as *Novidades*, durante uns poucos de dias, trouxe accessa a curiosidade doentia dos seus leitores, estamos convencidos que se se desse n'outro paiz, ou mesmo n'outro ponto de Portugal, teria sido merecidamente castigado pelas pessoas que n'elle eram verdadeiramente crucificadas e expostas ao desprezo publico.

E, francamente, qual seria o jury que apresentando-se ante o seu *verdictum* um desgraçado que aquelle jornal arrastasse pela lama da publicidade para o perder, para o annullar, para o deshonrar, qual seria o jury, perguntamos, que ousaria condemnal-o, se elle lhe dissesse franca e lealmente:

—Fui eu, senhores, que não podendo resistir á dôr e á excitação que aquellas infamias produziram no meu espirito, peguei n'um revolver e matei-o.

Talvez nenhum jury condemnasse este acto, que assumiria não o caracter de um desforço, mas de uma punição justa e merecida.

Por isso entendemos que á auctoridade cumpre, em defeza da sociedade, proceder contra os jornaes que procederam de uma fórmula **insolita e infame** como fizeram as *Novidades* no caso do thesoureiro da Sé.

Havemos de voltar ao assumpto, que é digno da attenção do *Espectro*, já que o resto da imprensa o deixou passar despercebido.

O comicio da Regua

Está perfeitamente descoberto o jogo d'estes grandes traficantes politicos. As camaras abertas transtornavam-lhe completamente o plano de combate, que andavam amadurecendo, e cujos resultados estavam por tal forma aboborados, que se não estoirassem já, corriam perigo de gorar.

Fechando as camaras, livraram-se de um temivel embaraço, e sem responsabilidade poderiam dar largas ás manifestações ministeriaes, despachando grande quantidade de enthusiasmo, e expedindo para differentes pontos uma enorme porção de vivas, e para a coisa ter sainete apropriado, até **toques a rebate**.

Com as camaras abertas esta comedia seria impossivel.

Que as camaras eram o foco de agitação do norte dil-o o **socego** em que tudo cahiu, depois que ellas se fecharam.

Curiosissimo.

Abre a gente as gazetas ministeriaes e vê em todas a noticia de *meetings* monstros, 15 a 20 mil pessoas.

Mas tudo socegou. Parece que nunca se faria mais barulho, visto que as manifestações contra o governo nunca attingiram nos comicios aquelle algarismo; mas não é assim.

A tranquillidade publica está segura e firme.

Dizem-n'o elles.

Quer dizer, a agitação a favor do governo não é agitação, é **farça**.

As camaras abertas teriam arrancado as mascaras aos farçantes.

Eis uma das razões porque urgia fechal-as.

Repare bem o povo para as tres figuras principaes do *meeting* da Regua: O sr. conde de Samodães, um liberal da *Palavra*; o sr. Pestana um *miguelista* sincero, **5 curas** que talvez se esqueçam de chamar os fieis á oração; mas não se esqueceram de mandar tocar os sinos a rebate, para levarem o povo de roldão atraz das respectivas sotainas.

Parece que estamos a fallar da Hespanha, dos seus bellos tempos carlistas e dos seus *curas* de cruz alçada e trabuco a tiracollo.

Ora com as camaras abertas esta comedia, repetimos, teria sido impossivel, porque alguem se incumbiria de convencer o governo: que seria mais um funestissimo erro da sua imprudente e ignobil administração.

A bandeira **negra**, que levava escripta a palavra **fome**, quer o governo que fôsse a nota lugubre da manifestação.

Chega a ser inacreditavel e ascoroso, pelo absurdo.

E' o governo que ha de livrar o paiz da fome?

E' esta quadrilha, que vae sugando até á ultima pinga o sangue do povo; que vive da fraude, da delapidação e do roubo; que está entregando todas as riquezas do paiz a torpes syndicatos; que está atacando por todos os modos a industria e o commercio livres; que não deixa respirar a agricultura; que agrava todos os dias as difficuldades financeiras do paiz com impostos vexatorios e com esbanjamentos inauditos... é esta quadrilha que encommenda comicios a seu favor, com o lemma de que a sua conservação no poder, é para **livrar** o povo da fome!

Seria estúpido, senão fosse repugnante. Vão vendo para que era necessario fechar as côrtes.

Um arrendamento ao menino prodigio

Quando ardeu o theatro do Porto houve, por parte do publico, grande receio pelo estado em que se achavam todos os theatros. O primeiro a fingir que dava toda a importancia ao caso foi o governo. Felizmente, só em S. Carlos podia sentir-se-lhe a influencia salvadora. Ha por traz do theatro um predio. Tratou logo de expropriar. Para que? Para o expropriar. Para arrancar dos cofres publicos mais uns poucos de milhares de libras, pois, segundo dizem os jornaes, o pretexto do incendio do Baquet foi dar pelo predio mais 50 contos! Que tal foi a somma que o pobre paiz teve de dar pela expropriação!

Quer agora o leitor saber que destino deu o governo ao **predio que tantos contos de réis custou ao paiz**, e que devia receber o scenario e mais material accumulado debaixo do palco de S. Carlos?

Arrendou-o ao sr. **Lobo d'Avila**, deputado da maioria, para estabelecer e montar o seu jornal. Agora, sim senhor, que não ha já para S. Carlos perigo de incendios.

O anno passado o governo comprou por 50 contos o palacio do Calhariz, com o pretexto de ir para lá o ministerio da justiça. O ministerio não foi, nem vae, nem houve mesmo tenção de para lá o mandar, mas era preciso um pretexto para espátifar 50 contos, e aquelle foi o que acharam mais á mão. E' preciso saber que aquelle palacio tinha sido offerecido ao sr. Fontes por 30 contos, mas como não precisava d'elle, não o comprou.

Agora foi impingido por **50!** para que o publico não embirrassse em perguntar porque não ia para lá o ministerio... **deu-lhe o fogo** e lá ficou o estado com quatro paredes de mais e 50 contos de menos.

Agora serviu o pretexto do incendio do theatro Baquet. A occasião foi pois excellente, mas... quartel general em Abrantes, está tudo como d'antes.

Como d'antes não: o paiz tem um **jornal de mais e 100 contos de menos**.

Vê se pois que a grande coisa é gastar, esbanjar o mais depressa possivel, o dinheiro do povo, para crear a necessidade de novos e successivos emprestimos e ganhar assim, como se costuma dizer, a dois *carrilhos*.

O' povo, quando te resolverás tu, a pegar n'um varapau e fazer sentir a esta **quadrilha** a força do teu pulso?